

PROJETO CITInova II

Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores
em Tecnologias Urbanas no Brasil

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2025.0707.00116-0 PARA CONTRATAÇÃO DE
CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORTALECIMENTO E
DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROFLORESTAL E EXTRATIVISTA DA APA DA
ILHA DO COMBU, DO REFÚGIO SILVESTRE MESTRÓPOLE DA AMAZÔNIA E SUA
ZONA DE AMORTECIMENTO

Brasília, maio de 2025.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto GEF-7 CITInova II - “Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil”, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), foi celebrado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O CITInova II tem como parceiros estratégicos o Ministério das Cidades (MCID) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O projeto tem por objetivo a redução de emissão de gases de efeito estufa, o fortalecimento da conservação da biodiversidade e a obtenção de cobenefícios econômicos, sociais e ambientais por meio de planejamento urbano integrado.

O projeto está sendo executado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Brasil (PNUMA-BR) e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob liderança do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e supervisão do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) como Agência Implementadora do GEF.

O Projeto inclui atividades nos níveis nacional e local, em três regiões brasileiras: Região Metropolitana de Belém, Região Metropolitana de Florianópolis e Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina. As atividades estão organizadas em quatro componentes, quais sejam:

Componente 1: fortalecimento da governança metropolitana, desenvolvimento de planos metropolitanos integrados e desenvolvimento de sistemas de informações geoespaciais.

Componente 2: implementação de pilotos para teste de soluções de baixa emissão de carbono e de gestão e conservação da biodiversidade.

Componente 3: fortalecimento de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento urbano sustentável e capacitação de entes federativos para acesso a financiamento.

Componente 4: disseminação de conhecimento e capacitação para o planejamento urbano sustentável.

2. JUSTIFICATIVA

O estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil e inserido no bioma Amazônico, destaca-se por sua vasta extensão territorial de aproximadamente 1,2 milhão de km², sendo o segundo maior estado do país. Com uma população estimada em mais de 8 milhões de habitantes, distribuída entre 144 municípios e 12 Regiões de Integração, abriga uma rica biodiversidade, composta por rios, igarapés, regiões insulares, áreas de várzea, manguezais e praias fluviais e costeiras.

Cobrindo mais de 900 mil km², a cobertura vegetal paraense representando cerca de 78% da área total do Estado. Dentro dessa área, aproximadamente 850 mil km² são ocupados por territórios de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCT), caracterizando uma expressiva sociodiversidade. Além disso, o Pará conta com 96 Unidades de Conservação (UCs), abrangendo diferentes instâncias de gestão e categorias de manejo.

Dentre tais Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combu e o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia enfrentam crescentes desafios socioambientais devido à pressão antrópica, mudanças no uso da terra e a intensificação da atividade econômica na região. Desde 2019, a APA da Ilha do Combu sofre com forte especulação imobiliária impulsionada pelo turismo comercial, resultando na instalação de novos negócios e empreendimentos, como hostels e restaurantes de pequeno e médio porte. Esse processo, intensificado no período pós-pandemia, vem alterando o uso da terra, a exploração dos recursos naturais e as dinâmicas socioeconômicas estabelecidas pelas comunidades tradicionais locais. No caso do REVIS Metrópole da Amazônia, a recente implantação da Rodovia Liberdade tem impactado, sobretudo, aquelas que vivem nas Unidades de Conservação e zonas de amortecimento próximas, como o próprio REVIS, além da APA Belém e do Parque Estadual do Utinga.

Diante dos desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados na APA da Ilha do Combu e no REVIS Metrópole da Amazônia, é imprescindível, portanto, a adoção de estratégias que minimizem os efeitos da degradação ambiental e promovam práticas sustentáveis de diversificação da produção agroflorestal e extrativista, de modo a fortalecer na região uma economia baseada na sociobiodiversidade.

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Este termo de referência tem como objeto da contratação uma consultoria especializada para mapeamento, planejamento e implementação de ações

voltadas ao fortalecimento e diversificação da produção agroflorestal e extrativista da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combu, do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

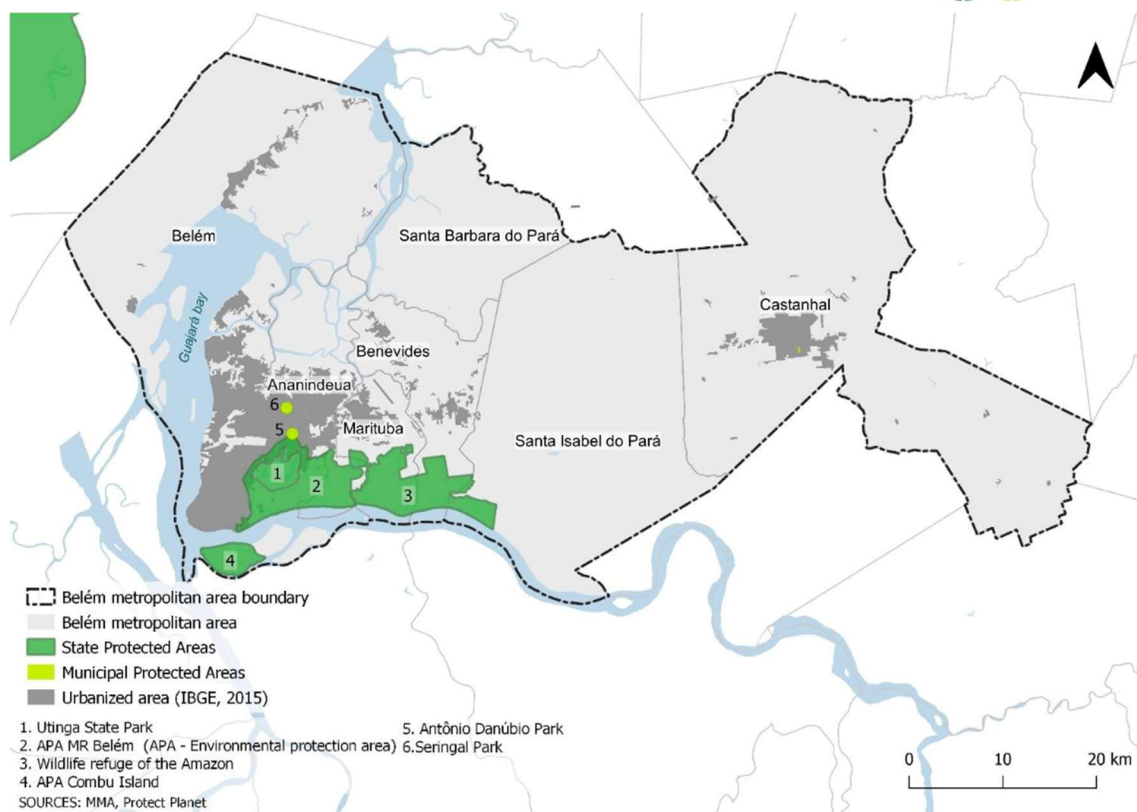
4. OBJETIVO GERAL

A execução deste Termo de Referência tem como objetivo geral apoiar a estruturação e o fortalecimento de sistemas agroflorestais e extrativistas sustentáveis da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combu, do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento, por meio do mapeamento de áreas produtivas, capacitação de produtores(as) e comunidades, diversificação de cadeias produtivas baseadas em estratégias de subsistência, acesso a mercados e financiamento, criação de infraestrutura de apoio, além de monitoramento das ações implementadas.

5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Este termo de referência tem como área de abrangência a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combu e o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia, além da zona de amortecimento desta última Unidade de Conservação (Figura 1).

Figura 1 - Unidades de Conservação estaduais da Região Metropolitana de Belém



Fonte: CEO Endorsement

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combu está localizada na quarta maior ilha do município de Belém, dentre as 39 que compõem seu território, ao longo de uma área territorial de 15,972 km². Situada a 1,5 km ao sul da cidade, a ilha é limitada ao norte pelo rio Guamá, ao sul pelo furo São Benedito, a leste pelo furo da Paciência e a oeste pela baía do Guajará.

A APA Combu é uma das 4 Unidades de Conservação estaduais inseridas na Região Metropolitana de Belém (RMB). A população da ilha é de aproximadamente mil e quinhentos habitantes, que vivem, na sua grande maioria, da pesca e do extrativismo dos recursos da floresta. A Ilha do Combu possui vegetação típica de planícies inundáveis de estuários (várzeas), secundária espontânea e com espécies introduzidas (i.e., cacau) ou manejadas para enriquecimento (i.e., açaí).

Antes da criação da APA, a Ilha do Combu já era frequentada nos fins de semana por operadores da região metropolitana que possuíam embarcações. Após sua declaração como Área de Proteção Ambiental, em 1997, o uso da ilha se intensificou, impulsionado pela oferta de roteiros turísticos fluviais de curta duração promovidos por operadoras localizadas na área urbana de Belém. Atualmente, somam-se pouco mais de quarenta empreendimentos comerciais na ilha.

A gestão da APA é de competência do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio), órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação estaduais localizadas na Região Metropolitana de Belém.

O Instituto tem conduzido a elaboração do plano de manejo da área e apoiado iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento da sociobiodiversidade na ilha. A principal instância de governança da APA é o seu Conselho Gestor, que realiza duas reuniões ordinárias por ano, além de encontros extraordinários conforme a demanda. No entanto, é fundamental considerar que a regulação do uso e ocupação do solo na Ilha do Combu é uma atribuição do município de Belém, conforme previsto no Plano Diretor. Cabe à gestão municipal definir diretrizes para a implantação de infraestrutura, equipamentos comunitários e o licenciamento de atividades econômicas e turísticas na área insular, sempre em consonância com os objetivos de conservação estabelecidos para uma Área de Proteção Ambiental.

REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

Outra das quatro Unidades de Conservação estaduais que compõem o mosaico de áreas protegidas da Região Metropolitana de Belém, o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia está localizado nos municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel do Pará. Ao longo de seus mais de 6 mil hectares de extensão, sua vegetação é predominantemente composta por floresta ombrófila densa de terra baixa, floresta ombrófila aberta aluvial (várzeas e igapós), além de campinarana e capoeiras alta e baixa.

De acordo com seu Plano de Manejo, vinte e quatro famílias residem no interior da REVIS Metrópole da Amazônia, distribuídas entre quatro comunidades, sendo elas: seis famílias da comunidade Três Marcos, seis famílias na comunidade Ponta Negra, nove famílias na comunidade Santo Amaro e três famílias na comunidade Vila do Dique. Nessas comunidades, destacam-se as atividades agrícolas, especialmente realizadas pelas comunidades quilombolas do Abacatal – situada no entorno do REVIS –, assim como pelas comunidades da Ponta Negra e de Santo Amaro. Seu Plano de Manejo indica também o cultivo de frutas, hortaliças e tubérculos, com destaque para a mandioca, como práticas comuns nos municípios abrangidos pela Unidade de Conservação. Além disso, são identificadas atividades extrativistas, como a criação de abelhas e a coleta de sementes nativas, utilizadas principalmente em projetos de restauração florestal.

6. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

a. Diretrizes Gerais

Os serviços de consultoria, objeto deste contrato, seguirão as orientações da Direção Nacional do Projeto, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e da Equipe Gestora do Projeto, composta por integrantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Os pontos focais para a implementação das atividades, no que se refere à parte técnica, serão o(a) Coordenador(a) Técnico(a) do Projeto e o(a)

Coordenador(a) Metropolitano(a) de Belém, e no que se refere à gestão do contrato será o(a) Gerente de Projeto do FUNBIO.

A execução das atividades deverá seguir as diretrizes, atividades, indicadores, resultados esperados e demais informações constantes no Documento do Projeto. Além disso, as atividades deverão considerar as políticas públicas como leis, decretos e normas além de estudos e documentos técnicos já existentes sobre a gestão da Região Metropolitana de Belém, bem como outros projetos e iniciativas previstas ou em andamento.

Para a execução das atividades, deverá ser constituído um Grupo de Trabalho, considerada a estrutura do Comitê Local do projeto CITInova II na Região Metropolitana de Belém. O(A) Coordenador(a) Metropolitano, junto as partes interessadas identificadas e mobilizadas, deverão participar das atividades previstas neste Termo de Referência para fins de gestão do conhecimento e acompanhamento das ações realizadas.

As atividades descritas no termo de referência articulam-se também com outras atividades do projeto. Portanto, a CONTRATADA deverá estar disponível para participar de atividades de troca de experiências com outras atividades do projeto, quando solicitado e oportuno.

b. Diretrizes de Gênero

Como parte desta consultoria, deverá ser feita a integração de uma abordagem de gênero para garantir que as atividades previstas estejam promovendo a igualdade de gênero, igualdade de acesso aos direitos e empoderamento das mulheres, conforme as diretrizes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030. Para que as atividades deste plano considerem a incorporação da perspectiva de gênero em seu planejamento e realização, devem ser consideradas as seguintes diretrizes:

- Assegurar que os princípios da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres fundamentem a formulação, priorização e implementação de medidas que sejam plenamente integradas;
- Cumprir as disposições sobre igualdade de gênero contidas nos acordos internacionais;
- Promover a integração de gênero nas atividades de planejamento, implementação e monitoramento, contribuindo para o ODS 5;
- Tornar visíveis as condições estruturais e as situações conjunturais que afetam cada gênero e intervir para que as decisões não aumentem as desigualdades e iniquidades;
- Garantir a participação equitativa na tomada de decisão sobre a distribuição dos benefícios econômicos, sociais e ambientais da área urbana, especialmente das áreas verdes e protegidas, por gênero.

Para que a abordagem de gênero seja executada, será de responsabilidade da CONTRATADA:

- Realizar avaliações sensíveis ao gênero e elaborar análises de gênero para obter informações sobre as diferentes condições sociais, econômicas e políticas que mulheres e homens (e jovens, meninas e meninos, quando aplicável) enfrentam em um contexto urbano;
- Implementar atividades de sensibilização e capacitação em gênero para que a equipe de trabalho tenha uma compreensão adequada sobre empoderamento das mulheres, se necessário;
- Aplicar metodologias de integração de gênero e reunir informações sobre a temática, inclusive por meio da coleta de dados desagregados por sexo e do uso de indicadores de gênero;
- Promover participação social sensível ao gênero, garantindo que as oficinas e demais estruturas participativas como Grupos de Trabalho, tomadas de decisão, treinamentos de capacitação, entre outros, assumam o compromisso de envolver igualmente mulheres e homens, levando em consideração suas perspectivas de maneira equitativa;
- Planejar as atividades deste termo de referência a partir de uma perspectiva de gênero, garantindo o desenvolvimento de medidas sensíveis a gênero, inclusive dentro de estruturas de relatórios e orçamento;
- Documentar boas práticas e lições aprendidas no desenho e implementação de ações sensíveis a gênero.

7. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relativas ao objeto do Termo de Referência serão desenvolvidas em 12 etapas. O quadro abaixo apresenta um resumo das etapas, atividades e produtos:

Nº	Etapas	Produtos
1	Planejamento	1.a) Plano de trabalho técnico 1.b) Plano de comunicação e engajamento
2	Mapeamento das áreas de produção agroflorestal e/ou extrativista e diagnóstico das cadeias de produção existentes e potenciais	2.a) Documento síntese, contendo o mapeamento das áreas da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e de sua zona de amortecimento com produção e/ou vocação para agrofloresta e extrativismo e avaliação do estado atual das cadeias de valor da produção das respectivas UCs, desafios e oportunidades, bem como recomendações estratégicas para a diversificação das cadeias avaliadas.

		2.b) Documento consolidado com registros de visitas de campo e reuniões realizadas, contendo as listas de presença, relatoria dos encontros, encaminhamentos pactuados e registros fotográficos e de filmagem.
3	Cocriação de um plano de negócios das cadeias agroflorestal e extrativista	3.a) Plano de negócios agroflorestal e extrativista da APA Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. 3.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, os encaminhamentos pactuados entre as partes, e os registros fotográficos e de filmagem.
4	Seleção de produtores(as) e/ou coletivos de comunidades para apoiar a diversificação de sistemas agroflorestais e/ou extrativistas	4.a) Edital de seleção publicado e documento consolidado com resultados do chamamento público. 4.b) Documento consolidado contendo registro de atividades e materiais produzidos para engajamento e disseminação de informação aos produtores(as) e comunidades selecionadas. 4.c) Lista de produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados
5.	Análise ambiental e fundiária das propriedades apoiadas	5.a) Documento consolidado com avaliação da situação ambiental e fundiária das propriedades beneficiadas. 5.b) Relatório descritivo sobre apoio técnico prestado para regularização das propriedades beneficiadas.
6	Promoção de oficinas de sensibilização e capacitação	6.a) Quatro oficinas realizadas com produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. 6.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, e os registros fotográficos e de filmagem.
7	Criação de banco de sementes	7.a) Documento consolidado com identificação de potenciais áreas de coleta e práticas de coleta e manejo sustentável a serem adotadas. 7.b) Sementes coletadas, armazenadas e processadas para plantio agroflorestal e

		extrativista na APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.
8	Plantio para diversificação de cadeias agroflorestal e extrativista	<p>8.a) Documento consolidado com planejamento e desenho dos sistemas agroflorestais e/ou de extrativismo a serem implementados.</p> <p>8.b) Documento consolidado documentando os plantios realizados, com registros fotográficos e de vídeo.</p>
9	Implementação de meliponários	<p>9.a) Documento consolidado com identificação de espécies nativas de abelhas sem ferrão, características e melhores práticas a serem consideradas, além de identificação de locais adequados para implementação das caixas de meliponário na APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.</p> <p>9.b) Caixas de meliponário com colônias instaladas.</p> <p>9.c) Documento consolidado com registro da montagem, obtenção de colônias, manejo, manutenção e monitoramento realizados, bem como da estratégia para passagem de responsabilidade da manutenção e manejo dos meliponários após o encerramento do contrato a ser firmado.</p>
10	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	10.a) Documento consolidado das atividades de ATER realizadas, com registros fotográficos e de vídeo.
11	Monitoramento e avaliação	<p>11.a) Plano de Monitoramento e Avaliação, contendo descrição do processo de seleção de indicadores, metodologias e dados associados e cronograma de atividades.</p> <p>11.b) Documento consolidado contendo o monitoramento e avaliação semestral dos sistemas de diversificação agroflorestal e extrativista.</p>
12	Lições aprendidas e boas práticas	12.a) Relatório de lições aprendidas e boas práticas sobre diversificação das cadeias agroflorestais e extrativistas da APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

A seguir a descrição detalhada as etapas:

Etapa 1 – Planejamento

Atividades:

1.1 Desenvolvimento do Plano de Trabalho

A CONTRATADA deverá desenvolver um plano de trabalho detalhado contendo o escopo técnico-metodológico e cronograma físico-financeiro para implementação das atividades deste Termo de Referência. O(s) responsável(is) da equipe por cada etapa, suas atividades e produtos devem ser indicados.

Quando necessário, a CONTRATADA poderá realizar consultas à CONTRATANTE quanto às informações necessárias para o desenvolvimento do escopo técnico-metodológico.

1.2 Desenvolvimento do Plano de Comunicação

A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Comunicação para o desenvolvimento das atividades deste Termo de Referência. Devem ser identificadas todas as partes interessadas relacionadas às atividades previstas, prevendo-se diferentes estratégias de comunicação para cada público-alvo, levando em consideração seu nível de interesse e influência. Cabe à CONTRATADA criar materiais de comunicação de acordo com a necessidade de divulgação, utilizando a identidade visual do CITInova II, tais como convites de eventos, oficinas e reuniões. Todos os materiais devem ser submetidos à revisão pela Equipe do Projeto antes de serem divulgados. O Plano de Comunicação deverá definir um cronograma detalhado das atividades de comunicação, materiais de comunicação e atividades de engajamento necessárias.

Os canais digitais do CITInova II, como site do projeto, redes sociais, newsletters e e-mails, poderão ser utilizados mediante alinhamento com a Assessora de Comunicação da Equipe do Projeto. A divulgação das atividades e entregas relacionadas a este termo de referência em mídias externas, como jornal, rádio e televisão será de responsabilidade da Equipe do Projeto em alinhamento com a CONTRATADA. Cabe à CONTRATADA comunicar à Equipe do Projeto em casos de eventos ou contato midiático, para que haja a presença de um membro da Equipe do Projeto.

Produto 1:

1.a) Plano de trabalho técnico

1.b) Plano de comunicação e engajamento

Etapa 2 – Mapeamento das áreas de produção agroflorestal e/ou extrativista e diagnóstico das cadeias de produção existentes e potenciais

Atividades:

2.1 Mapeamento de áreas com produção e/ou vocação para agrofloresta e extrativismo.

A CONTRATADA deverá realizar o mapeamento das áreas localizadas dentro da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e de sua zona de amortecimento, identificando aquelas com produção consolidada e/ou potencial para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais e atividades extrativistas como alternativas econômicas sustentáveis. Esse processo deverá envolver a análise de dados geoespaciais, visitas de campo para validação das informações, entrevistas com atores locais e a consideração de aspectos socioeconômicos e ambientais que possam influenciar.

2.2 Diagnóstico das cadeias de valor agroflorestal e extrativista

A CONTRATADA deverá realizar um levantamento dos potenciais produtos e cadeias de valor associadas aos sistemas agroflorestais e extrativistas, tanto os já existentes quanto aqueles com potencial de desenvolvimento na APA da Ilha do Combu, no REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. Esse processo deverá considerar as necessidades de subsistência das comunidades locais e tradicionais, garantindo a valorização dos saberes e práticas socioculturais, bem como deverá levar em conta demandas de mercado. Devem ser identificadas oportunidades de agregação de valor, fortalecimento da comercialização e inserção desses produtos em cadeias produtivas mais amplas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas e para a comercialização dos produtos. Para isso, caberá à CONTRATADA elaborar um documento síntese que inclua a identificação de desafios e oportunidades dessas cadeias. Caberá à CONTRATADA endereçar recomendações estratégicas para diversificação das cadeias agroflorestais e extrativistas avaliadas e endereçá-las posteriormente.

Produto 2:

2.a) Documento síntese, contendo o mapeamento das áreas da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e de sua zona de amortecimento com produção e/ou vocação para agrofloresta e extrativismo e avaliação do estado atual das cadeias de valor da produção das respectivas UCs, desafios e oportunidades, bem como recomendações estratégicas para a diversificação das cadeias avaliadas.

2.b) Documento consolidado com registros de visitas de campo e reuniões realizadas, contendo as listas de presença, relatoria dos encontros, encaminhamentos pactuados e registros fotográficos e de filmagem.

Etapa 3 – Cocriação de um plano de negócios das cadeias agroflorestal e extrativista

Atividades:

3.1 Definição de um plano de negócios das cadeias agroflorestal e extrativista

A CONTRATADA deverá desenvolver modelos de negócios para os produtos agroflorestais e extrativistas existentes e potenciais prioritários da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento, garantindo sua viabilidade econômica, social e ambiental. Para isso, deve ser elaborado um plano de negócios embasado em oficinas participativas que promovam o alinhamento de expectativas entre os atores envolvidos, a identificação de necessidades e prioridades relacionadas à promoção e diversificação de sistemas agroflorestais e extrativistas, possibilidades de comercialização e/ou troca dos produtos, na ótica da economia sustentável além da construção de uma visão de futuro compartilhada. Devem ser considerados no plano de negócios, ainda, perspectivas relacionadas ao banco de sementes, como destinação, troca entre as partes, comercialização, entre outros pontos pertinentes, assim como para os meliponários a serem implementados. O processo deverá resultar em objetivos estratégicos e diretrizes que orientem a implementação e a sustentabilidade do modelo de negócios proposto, passível de replicação, inclusive, em outras UCs urbanas da região e fora dela.

Produto 3:

3.a) Plano de negócios agroflorestal e extrativista da APA Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

3.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, os encaminhamentos pactuados entre as partes, e os registros fotográficos e de filmagem.

Etapa 4 – Seleção de produtores(as) e/ou coletivos de comunidades para apoiar a diversificação de sistemas agroflorestais e/ou extrativistas

Atividades:

4.1 Seleção de produtores(as) e/ou coletivos a serem apoiados

A CONTRATADA deverá conduzir o processo de chamamento público para a seleção de produtores(as) e/ou coletivos da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e de sua zona de amortecimento, garantindo ampla divulgação e transparência. Para isso, deverá elaborar e disponibilizar edital detalhado, especificando os objetivos da iniciativa, os benefícios esperados e os requisitos para participação. Os critérios de seleção deverão ser definidos com base no diagnóstico realizado na Etapa 2, assegurando a adequação às necessidades locais e a viabilidade técnica de sua implementação. Além disso, a CONTRATADA deverá conduzir todo o processo de análise e seleção dos participantes, garantindo que a escolha seja baseada em critérios claros, justos e alinhados ao objetivo geral deste termo de referência.

4.2 Engajamento e disseminação de informações

A CONTRATADA deverá promover o engajamento ativo e a disseminação de informações entre produtores(as) e/ou coletivos das comunidades selecionadas, garantindo sua participação efetiva nas atividades previstas. Para isso, deverá adotar estratégias de comunicação acessíveis e adaptadas ao contexto local, e fornecer materiais explicativos que detalham os objetivos, benefícios e etapas a serem consideradas ao longo do processo de apoio à diversificação dos sistemas agroflorestais e/ou extrativistas. Além disso, a CONTRATADA deverá estabelecer um canal de diálogo contínuo, incentivando a troca de conhecimentos e garantindo que as demandas e expectativas das comunidades sejam consideradas ao longo da implementação das ações.

Produto 4:

4.a) Edital de seleção publicado e documento consolidado com resultados do chamamento público.

4.b) Documento consolidado contendo registro de atividades e materiais produzidos para engajamento e disseminação de informação aos produtores(as) e comunidades selecionadas.

4.c) Lista de produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados.

Etapa 5 – Análise ambiental e fundiária das propriedades apoiadas

Atividades:

5.1 Avaliação da situação ambiental e fundiária

Levantamento da situação fundiária e ambiental das propriedades apoiadas, incluindo a verificação da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a análise

da documentação fundiária, com identificação de eventuais pendências junto aos órgãos competentes, a fim de apoiar ações de assistência técnica eficazes, que possibilitem aos beneficiários deste Termo de Referência o acesso a políticas públicas, como crédito rural.

5.2 Apoio técnico para regularização

Considerando as demandas identificadas, caberá à CONTRATADA, sempre que necessário, apoiar os processos de regularização ambiental e fundiária das propriedades beneficiárias deste Termo de Referência. Isso inclui o suporte à inscrição ou atualização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) por meio do Sistema SICAR/PA, a oferta de orientações básicas sobre os procedimentos de regularização fundiária junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), bem como a inserção de informações no Sistema SICARF. Também será responsabilidade da CONTRATADA auxiliar na inclusão dos beneficiários em plataformas governamentais relacionadas à assistência prestada, como o AgroTag (SEMAS), a Plataforma Territórios Sustentáveis (SEMAS), entre outras pertinentes ao contexto das ações desenvolvidas.

Produto 5:

5.a) Documento consolidado com avaliação da situação ambiental e fundiária das propriedades beneficiadas.

5.b) Relatório descritivo sobre apoio técnico prestado para regularização das propriedades beneficiadas.

Etapa 6 – Promoção de oficinas de sensibilização e capacitação

Atividades:

6.1 Realização de oficinas de sensibilização e de capacitação

A CONTRATADA deverá planejar, organizar e conduzir quatro oficinas de sensibilização e capacitação voltadas para produtores(as) e comunidades, abordando boas práticas de implantação e diversificação de cadeias agroflorestais. As oficinas deverão contemplar os seguintes temas: i) consórcio de culturas e manejo agroflorestal; ii) troca de sementes; iii) meliponicultura; iv) selos e certificação de produtos agroflorestais; v) apoio financeiro e linhas de crédito; vi) acesso a mercados e comercialização; vii) organização social e governança; e viii) gênero e agrofloresta. Para tanto, a CONTRATADA deverá desenvolver materiais didáticos apropriados, metodologias participativas e estratégias de engajamento que considerem as especificidades socioculturais e ambientais das comunidades envolvidas. Além disso, deverá garantir acesso a meios de deslocamento, alimentação e, quando necessário, alojamento aos participantes. As oficinas devem ser acessíveis e promover a troca de conhecimento entre os participantes,

incentivando a adoção de práticas sustentáveis e fortalecendo as redes de colaboração local.

Produto 6:

6.a) Quatro oficinas realizadas com produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

6.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, e os registros fotográficos e de filmagem.

Etapas 7 – Criação de banco de sementes

Atividades:

7.1 Mapeamento de áreas de coleta de sementes

A CONTRATADA deverá realizar o mapeamento de potenciais áreas de coleta de sementes dentro da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. Este mapeamento deverá ser conduzido com base nas espécies-chave identificadas no plano de negócios das cadeias agroflorestal e extrativista, assegurando a inclusão das principais espécies para o desenvolvimento dessas cadeias produtivas. A identificação das áreas deverá considerar fatores ecológicos, de acessibilidade e de viabilidade de coleta, prevendo práticas de manejo sustentável a serem adotadas.

7.2 Coleta, armazenamento e processamento de sementes

A CONTRATADA deverá implementar práticas de coleta sustentável, armazenamento e processamento de sementes, garantindo que os métodos adotados respeitem os princípios da conservação da biodiversidade e a saúde dos ecossistemas locais. Isso incluirá a adoção de métodos que permitam a renovação natural das plantas, como a coleta seletiva e o manejo adequado, evitando a exploração excessiva ou a degradação dos habitats. O armazenamento das sementes deve assegurar sua viabilidade e qualidade, mantendo condições ideais ao seu processamento e futuro plantio.

Além disso, a CONTRATADA deverá integrar o conhecimento tradicional das comunidades locais, reconhecendo e valorizando as práticas relacionadas às sementes e aos ciclos naturais das plantas, promovendo uma abordagem que combine saberes ancestrais com técnicas modernas de conservação e manejo sustentável.

Produto 7:

7.a) Documento consolidado com identificação de potenciais áreas de coleta e práticas de coleta e manejo sustentável a serem adotadas.

7.b) Sementes coletadas, armazenadas e processadas para plantio agroflorestal e extrativista na APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

Etapa 8 – Plantio para diversificação de cadeias agroflorestal e extrativista**Atividades:****8.1** Planejar e desenho do sistema agroflorestal e/ou de extrativista

A CONTRATADA deverá planejar e elaborar o desenho do sistema agroflorestal e/ou extrativista a ser implementado pelos produtores(as) e/ou coletivos selecionados, levando em consideração o Cadastro Ambiental Rural, as políticas climáticas de recuperação de áreas, o plano de negócios cocriado, as sementes coletadas, mudas nativas disponibilizadas pelo Ideflor-Bio e outras a serem adquiridas, além de especificidades locais de cada área. O desenho do sistema deverá apresentar diretrizes para sua implementação e monitoramento das espécies do plantio. Estima-se que, considerando os diferentes produtores(as) e coletivos apoiados, aproximadamente 8 hectares sejam destinados à implantação e/ou ao fortalecimento de sistemas agroflorestais e extrativistas.

8.2 Preparação da área e plantio

A CONTRATADA deverá realizar a preparação adequada da área destinada ao plantio, o que inclui a análise e adequação do solo e o manejo da vegetação para o crescimento das sementes e mudas, respeitando as restrições previstas no Código Florestal e demais normas ambientais aplicáveis. A preparação envolverá a realização de práticas conforme se mostrarem necessárias, como o preparo dos canteiros, adubação, irrigação, controle de pragas e o fornecimento dos insumos adequados, sempre com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento das plantas. Além disso, a CONTRATADA será responsável pelo plantio das sementes e mudas, garantindo o espaçamento correto, a profundidade adequada e os cuidados específicos exigidos por cada espécie, conforme as orientações do desenho técnico previamente elaborado.

Produto 8:

8.a) Documento consolidado com planejamento e desenho dos sistemas agroflorestais e/ou de extrativismo a serem implementados.

8.b) Documento consolidado documentando os plantios realizados, com registros fotográficos e de vídeo.

Etapa 9 – Implementação de meliponários

Atividades:

9.1 Seleção de espécies de abelhas nativas

A CONTRATADA deverá identificar espécie(s) de abelhas nativa(s) da região, selecionando aquelas adaptadas às condições locais e adequadas à polinização das culturas a serem implementadas e/ou fortalecidas. Para a(s) respectivas espécies, devem ser avaliadas suas características biológicas e ecológicas, bem como as melhores práticas de manejo a fim de garantir o sucesso dos meliponários como estrutura de apoio à implementação e/ou diversificação das cadeias agroflorestais e extrativistas a serem previstas. Estudos pertinentes já implementados na localidade, a exemplo daqueles originados através do projeto Meliponicultura & Educação realizado pela Embrapa Amazônia Oriental com a UFPA, devem ser considerados.

9.2 Identificação de locais adequados para implementação de meliponários

A CONTRATADA deverá realizar o mapeamento de locais adequados para a implementação de meliponários na APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento, levando em consideração critérios físicos e biológicos essenciais para a sobrevivência da(s) espécie(s) selecionadas. A CONTRATADA deverá apresentar os critérios utilizados e recomendações para a implementação dos meliponários.

9.3 Montagem das caixas de meliponário e obtenção de colônias

A CONTRATADA deverá realizar a montagem de quatro caixas de meliponário por hectare de área implementada para diversificação dos sistemas agroflorestais e/ou extrativistas, garantindo que sejam adequadas para a criação e manejo sustentável das abelhas sem ferrão, seguindo as especificações técnicas recomendadas para cada espécie. Além disso, deverá providenciar a obtenção de colônias saudáveis. Todo o processo deve observar boas práticas de conservação e manejo, visando a saúde das colônias e a efetiva polinização na área de implantação dos meliponários.

9.4 Manejo e manutenção do meliponário

A CONTRATADA deverá realizar o manejo e a manutenção do meliponário ao longo de aproximadamente 20 meses, garantindo a saúde e o desenvolvimento das colônias. As atividades incluem o controle de pragas e doenças, a limpeza e organização das colmeias, a inspeção periódica para avaliar sua saúde, a realização de divisões para expansão do meliponário e a reposição de insumos necessários. A CONTRATADA deverá garantir uma estratégia para passagem de responsabilidade

da manutenção e manejo dos meliponários para os produtores(as) e/ou coletivos apoiados após encerramento do contrato a ser firmado.

Produto 9:

9.a) Documento consolidado com identificação de espécies nativas de abelhas sem ferrão, características e melhores práticas a serem consideradas, além de identificação de locais adequados para implementação das caixas de meliponário na APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

9.b) Caixas de meliponário com colônias instaladas.

9.c) Documento consolidado com registro da montagem, obtenção de colônias, manejo, manutenção e monitoramento realizados, bem como da estratégia para passagem de responsabilidade da manutenção e manejo dos meliponários após o encerramento do contrato a ser firmado.

Etapa 10 – Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Atividades:

10.1 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A CONTRATADA deverá realizar atividades de ATER ao longo de 8 (oito) meses após a etapa de plantio voltadas à adubação, irrigação, controle de espécies invasoras e pragas, apoio para poda e manejo, bem como a colheita de produtos não-madeireiros, visando garantir o adequado desenvolvimento e produtividade das áreas de plantio. A CONTRATADA deverá envolver o Ideflor-Bio e a EMATER/PA no processo para que as atividades de ATER possam ter continuidade após esta fase inicial de suporte.

A CONTRATADA também será responsável por identificar e implementar ajustes e melhorias nas práticas de manejo, promovendo a sustentabilidade e a eficiência dos processos, e oferecendo orientação técnica contínua aos produtores(as) e/ou coletivos de comunidades apoiados.

Produto 10:

10.a) Documento consolidado das atividades de ATER realizadas, com registros fotográficos e de vídeo.

Etapa 11 – Monitoramento e avaliação

Atividades:

11.1 Plano de Monitoramento e Avaliação

A CONTRATADA deverá identificar e definir indicadores de desempenho ambiental, social e econômico para avaliar a implementação dos sistemas de diversificação agroflorestal e extrativista, considerando sua eficácia, sustentabilidade e impactos na região. Além disso, a CONTRATADA deverá detalhar metodologias de coleta de dados associadas a esses indicadores, assegurando a viabilidade da obtenção das informações necessárias para o monitoramento e a avaliação contínua dos sistemas implementados. Além de estimar a linha de base, devem ser considerados ciclos de monitoramento e avaliação dos sistemas implementados e/ou fortalecidos, ao longo do período de ATER.

11.2 Monitoramento dos indicadores e avaliação dos resultados

A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento dos indicadores selecionados, garantindo a coleta sistemática de dados conforme as temporalidades estabelecidas para sua mensuração. A relatoria deverá discorrer sobre os dados coletados, identificar tendências, desafios e oportunidades de melhoria a serem considerados na implementação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos. São esperados, ao menos, três relatórios de monitoramento e avaliação ao longo do período de ATER.

Produto 11:

11.a) Plano de Monitoramento e Avaliação, contendo descrição do processo de seleção de indicadores, metodologias e dados associados e cronograma de atividades.

11.b) Primeiro relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.

11.c) Segundo relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.

11.d) Terceiro relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.

Etapa 12 – Lições aprendidas e boas práticas

Atividades:

12.1 Relatoria de lições aprendidas e boas práticas

A partir da experiência deste termo de referência, a CONTRATADA deverá elaborar um relatório de lições aprendidas e boas práticas. O modelo a ser considerado para

a relatoria será compartilhado pela CONTRATANTE após o início das atividades previstas neste Termo de Referência.

Produto 12:

12.a) Relatório de lições aprendidas e boas práticas sobre diversificação das cadeias agroflorestais e extrativistas da APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.

8. PRODUTOS E FORMAS DE APRESENTAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar para análise da Equipe Gestora. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final. A Equipe Gestora poderá solicitar até no máximo 03 (três) revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno à CONTRATADA de até 30 (trinta) dias corridos.

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e deverão ser entregues em word para revisão e em PDF após aprovação. Todos os arquivos fotográficos e arquivos de vídeo deverão ser entregues em alta qualidade em formato a ser definido pela Equipe Gestora do Projeto. Os arquivos fotográficos e de vídeo brutos devem ser entregues por meio de pasta em nuvem para download, cujo link deve ser compartilhado por e-mail. Os arquivos devem estar disponíveis na pasta da nuvem durante toda a duração do projeto.

Os documentos deverão ser entregues via A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para citinova2@funbio.org.br e citinova2@gmail.com).

9. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão das atividades do presente termo de referência está estimada em no máximo 30 (trinta) meses. Este período deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

Nº	Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Prazo de revisão equipe do projeto após entrega (dias corridos)	Valor (%)
1	Produto 1: 1.a) Plano de trabalho técnico 1.b) Plano de comunicação e engajamento	14	44	5
2	Produto 2: 2.a) Documento síntese, contendo o mapeamento das áreas da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e de sua zona de amortecimento com produção e/ou vocação para agrofloresta e extrativismo e avaliação do estado atual das cadeias de valor da produção das respectivas UCs, desafios e oportunidades, bem como recomendações estratégicas para a diversificação das cadeias avaliadas. 2.b) Documento consolidado com registros de visitas de campo e reuniões realizadas, contendo as listas de presença, relatoria dos encontros, encaminhamentos pactuados e registros fotográficos e de filmagem.	70	100	5
3	Produto 3: 3.a) Plano de negócios agroflorestal e extrativista da APA Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. 3.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, os encaminhamentos pactuados entre as partes, e os registros fotográficos e de filmagem.	175	205	10
4	Produto 4: 4.a) Edital de seleção publicado e documento consolidado com resultados do chamamento público. 4.b) Documento consolidado contendo registro de atividades e materiais produzidos para engajamento e disseminação de informação aos produtores(as) e comunidades selecionadas. 4.c) Lista de produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados	217	247	5
5	Produto 5:	287	317	5

Nº	Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Prazo de revisão equipe do projeto após entrega (dias corridos)	Valor (%)
	5.a) Documento consolidado com avaliação da situação ambiental e fundiária das propriedades beneficiadas. 5.b) Relatório descritivo sobre apoio técnico prestado para regularização das propriedades beneficiadas.			
6	Produto 6: 6.a) Quatro oficinas realizadas com produtores(as) e/ou coletivos de comunidades selecionados da APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento. 6.b) Documento consolidado com registros das oficinas realizadas, contendo as listas de presença, a relatoria dos encontros, e os registros fotográficos e de filmagem.	273	303	5
7	Produto 7: 7.a) Documento consolidado com identificação de potenciais áreas de coleta e práticas de coleta e manejo sustentável a serem adotadas. 7.b) Sementes coletadas, armazenadas e processadas para plantio agroflorestal e extrativista na APA da Ilha do Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.	329	359	5
8	Produto 8: 8.a) Documento consolidado com planejamento e desenho dos sistemas agroflorestais e/ou de extrativismo a serem implementados.	369	399	10
	8.b) Documento consolidado documentando os plantios realizados, com registros fotográficos e de vídeo.	441	471	20
9	Produto 9: 9.a) Documento consolidado com identificação de espécies nativas de abelhas sem ferrão, características e melhores práticas a serem consideradas, além de identificação de locais adequados para implementação das caixas de meliponário na APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.	369	399	5

Nº	Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Prazo de revisão equipe do projeto após entrega (dias corridos)	Valor (%)
	9.b) Caixas de meliponário com colônias instaladas. 9.c) Documento consolidado com registro da montagem, obtenção de colônias, manejo, manutenção e monitoramento realizados, bem como da estratégia para passagem de responsabilidade da manutenção e manejo dos meliponários após o encerramento do contrato a ser firmado.	441	471	5
10	Produto 10: 10.a) Documento consolidado das atividades de ATER realizadas, com registros fotográficos e de vídeo.	665	695	10
11	Produto 11: 11.a) Plano de Monitoramento e Avaliação, contendo descrição do processo de seleção de indicadores, metodologias e dados associados e cronograma de atividades.	455	485	2
	11.b) Primeiro relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.	497	527	2
	11.c) Segundo relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.	553	583	2
	11.d) Terceiro relatório de monitoramento e avaliação dos sistemas agroflorestais e extrativistas implementados e/ou fortalecidos.	665	695	2
12	Produto 12: 12.a) Relatório de lições aprendidas e boas práticas sobre diversificação das cadeias agroflorestais e extrativistas da APA Combu, do REVIS Metrópole da Amazônia e sua zona de amortecimento.	679	709	2

*NA: não se aplica – atividades contínuas ao longo da execução deste termo de referência.

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), com recursos do Projeto CITInova II.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e após a emissão do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, MCTI, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte da Equipe Gestora estão descritos acima

10. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE

Todos os gastos com materiais, equipamentos, administração, recursos humanos e demais despesas necessárias para a execução das atividades, correrão por conta da CONTRATADA. Todos os gastos a serem realizados pela CONTRATADA deverão fazer parte da sua proposta, bem como, quando aplicável, a estimativa de número de viagens, tempo de permanência e número de pessoas a serem deslocadas.

11. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da Equipe Gestora do Projeto. A CONTRATADA fornecerá à Equipe Gestora do Projeto todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através dele ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A Equipe Gestora e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais da Equipe Gestora do Projeto, de forma online, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de

mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da Equipe Gestora do Projeto. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado. A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da Equipe Gestora do Projeto e será realizada em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de entrega, caso seja necessário adequações e ajustes.

A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais de comunicação e materiais para oficinas e demais atividades para revisão por parte da Equipe Gestora do Projeto antes da divulgação e/ou utilização. O prazo para revisão dos materiais de comunicação e para oficinas e atividades pela Equipe Gestora será de 02 (dois) dias úteis.

12. PRAZOS

A consultoria será realizada em **até 730 (setecentos e trinta) dias**, a contar da assinatura do contrato.

13. OBRIGAÇÕES

a. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de honorários de sua equipe, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com logística (viagens, alimentação, combustível, locação de espaços para as reuniões, coffee breaks, veículos, impressões, entre outros serviços prestados), itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades. Deve ser fornecido coffee break para todos os participantes das oficinas presenciais realizadas para a execução das atividades do projeto.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados e produzidos na realização dos serviços deste termo de referência. Esses recursos não serão utilizados para qualquer finalidade além da estipulada neste contrato e serão de propriedade exclusiva da contratante.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a Direção Nacional e Equipe Gestora do

Projeto, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá solicitar formalmente junto aos órgãos competentes os mapas, os bancos de dados e os estudos pertinentes, sem prejuízo do andamento dos trabalhos.

A CONTRATADA deverá incluir as logomarcas do Projeto CITInova II, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e dos demais parceiros indicados pela Equipe Gestora do Projeto. A aplicação das marcas deverá considerar diretrizes de uso de marca de cada instituição e o manual de identidade visual do Projeto CITInova II. Todos os materiais de comunicação deverão ser aprovados pelo(a) Assessor(a) de Comunicação da Equipe Gestora do Projeto antes da sua impressão, confecção e divulgação.

b. Obrigações da Contratante

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da Equipe Gestora do Projeto.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da Equipe Gestora do Projeto e será realizada em até 30 (trinta) dias corridos da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo 3 (três) revisões.

14. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

a. Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria deverá ser atestada mediante apresentação de documentação que comprove sua experiência em planejamento e implementação agroflorestal, extrativismo sustentável, desenvolvimento de cadeias produtivas e metodologias participativas. Além disso, a área de atuação da consultoria deve estar diretamente relacionada com as atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

A empresa deverá comprovar, por meio de portfólio, relatórios técnicos ou atestados de capacidade técnica emitidos por contratantes públicos ou privados, a execução de projetos diretamente relacionadas ao Termo de Referência.

Observações:

- Os documentos apresentados deverão evidenciar a autoria técnica da empresa, o escopo da atividade e sua vinculação a uma iniciativa concreta.
- Será considerada como diferencial a apresentação de experiências acumuladas no estado do Pará ou em outros territórios amazônicos.
- Também será considerada como vantagem a diversidade de produtos apresentados, refletindo a abrangência das competências requeridas neste Termo de Referência.

b. Qualificação da Equipe Profissional

A experiência da consultoria deverá ser atestada mediante apresentação de documentação que comprove sua experiência em estudos similares especializados similares. Apresentar experiências prévias na Região Metropolitana de Belém é um diferencial.

i. Coordenador(a) técnico(a): profissional com no mínimo 5 (cinco) anos de experiência em coordenação de projetos ambientais, socioambientais ou territoriais e articulação interinstitucional. Formação acadêmica na área de Ciências Ambientais, Agronomia, Engenharia Florestal, Biologia ou áreas correlatas ao objeto deste termo de referência. Pós-graduação na área de Engenharia Florestal, Agronomia, Sistemas Agroflorestais, Ciências Ambientais e Botânica serão um diferencial, sendo progressiva a pontuação se for uma especialização, mestrado ou doutorado.

ii. Especialista em agrofloresta e extrativismo sustentável: profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência em agroecologia, restauração ecológica e desenvolvimento comunitário. Formação acadêmica na área de ciências ambientais, agronomia, engenharia florestal, biologia ou áreas correlatas ao objeto deste termo de referência. Pós-graduação na área de Engenharia Florestal, Agronomia, Sistemas Agroflorestais, Ciências Ambientais e Botânica serão um diferencial, sendo progressiva a pontuação se for uma especialização, mestrado ou doutorado.

iii. Especialista em cadeias produtivas e negócios sustentáveis: profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência em desenvolvimento de negócios sustentáveis e comercialização de produtos agroecológicos e extrativistas. Formação acadêmica na área de economia, administração, engenharia de produção ou áreas afins ao objeto deste termo de referência. Pós-graduação na área de Engenharia Florestal, Agronomia, Sistemas Agroflorestais, Ciências Ambientais e Botânica serão um diferencial, sendo progressiva a pontuação se for uma especialização, mestrado ou doutorado.

iv. Especialista em mobilização social e capacitação: profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência em metodologias participativas e educação popular. Formação acadêmica na área de ciências sociais, antropologia, pedagogia ou áreas

afins ao objeto deste termo de referência. Pós-graduação na área de Ciências Sociais, Participação Social, Educação e Mobilização Popular, serão um diferencial, sendo progressiva a pontuação se for uma especialização, mestrado ou doutorado.

v. Técnico de campo: profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência em assistência técnica rural e práticas agroflorestais e extrativistas. Formação como técnico agrícola ou áreas correlatas. Graduação ou pós-graduação na área de Engenharia Florestal, Agronomia, Sistemas Agroflorestais, Ciências Ambientais e Botânica serão um diferencial, sendo progressiva a pontuação se for uma graduação, especialização, mestrado ou doutorado.

c. Qualificação da Proposta Técnica e Financeira

A análise da Proposta Técnica considerará sua adequação aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma. A análise da Proposta Financeira considerará a adequação dos valores aos recursos disponíveis no projeto, bem como o custo em relação às demais propostas submetidas.

15. GLOSSÁRIO

APA – Área de Proteção Ambiental

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

RMB – Região Metropolitana de Belém

SAF – Sistema Agroflorestal

UC – Unidade de Conservação